

Reforma política, agora vai?

Homero de Oliveira Costa

Tribuna do Norte, 18.03.2007

Parece haver certo consenso entre os especialistas que no atual quadro partidário e eleitoral brasileiro, há necessidade de uma ampla reforma, que possa, entre outros aspectos, fortalecer os partidos, acabando com partidos sem qualquer expressividade social, programática e ideológica, ou seja, evitar a proliferação de legendas sem qualquer conteúdo; democratizar o processo eleitoral (pelo menos inibir o papel determinante do poder econômico); instituir a fidelidade partidária e corrigir às distorções da representação dos Estados, são, entre outros aspectos, importantes para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Uma reforma política, portanto, se faz necessária e tem sido considerada, desde a promulgação da Constituição de 1988, como uma prioridade. No entanto, pouco se avançou nesse sentido. Desde 1995, quando foi criada uma Comissão Especial para Reforma Política que propostas são discutidas e apresentadas. O próprio relatório da Comissão propõe várias alterações, que até a presente data não foram votadas, nem amplamente discutidas, o mesmo pode ser dito em relação a outras comissões que foram constituídas (a mais recente, tendo como relator o deputado federal Ronaldo Caiado (PFL/GO). E as propostas (e o interesse) não são apenas do Congresso Nacional. Há várias outras iniciativas como a do Tribunal Superior Eleitoral também, criou uma comissão (1995) e propôs entre outras, a redução do número de senadores, de três para dois por Estado, redução de 513 para 400 o número de deputados federais e a extinção da vaga de suplente de senador. A Ordem dos Advogados de Brasil (OAB) também tem discutido e apresentado propostas, como expressa o manifesto entregue recentemente ao presidente da Câmara dos Deputados no qual defende, entre outras coisas, a redução do mandato de senador para 4 anos, fidelidade partidária e financiamento público de campanhas. Da mesma forma, há outras iniciativas importantes como a constituição de do Fórum da Cidadania para a Reforma Política, que também apresenta várias propostas (entre outras, a fidelidade partidária e o voto facultativo).

Enfim propostas e boas intenções é que não faltam. O que não existe é consenso, nem no congresso, onde a matéria deverá ser votado (se for) nem, tampouco do conjunto das propostas apresentadas por entidades da sociedade civil. No congresso, propostas são apresentadas pelo menos desde a promulgação da Constituição de 1988 e nem mesmo em governos que definiam a reforma política como prioritária, como os de Fernando Henrique Cardoso (nos dois mandatos) e agora no de Luis Inácio Lula da Silva, a Reforma política é votada, em que pese a maioria parlamentar que esses governos tem, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

O atual presidente da Câmara dos deputados, afirmou que até o final deste semestre pelo menos três do amplo conjunto de propostas serão votadas no congresso: o financiamento público de campanhas, a instituição da fidelidade partidária e o sistema de listas fechadas. No entanto, mesmo entre estas propostas não há consenso (ou os parlamentares que representam interesses empresariais -quando não são eles mesmo empresários) e/ou de corporações que financiam suas campanhas - vão votar no financiamento público de campanhas? E mesmo se for aprovado, como fazer para evitar os famosos “Caixa Dois”?

Poderia ser listados aqui os pontos essenciais de uma ampla reforma, que não estão na pauta como, por exemplo a correção das distorções da representação dos estados, implantação do voto facultativo, redução do mandato de senador e extinção da vaga de suplentes de senador e proibição das coligações partidárias em eleições proporcionais, enfim, um conjunto de medidas que possam efetivamente significar um avanço para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Mas o que nos parece provável é que poucos dessas propostas serão ser aprovadas. No entanto, as poucas que forem aprovadas, representa, pelo menos, um pequeno passo nesse sentido.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br